

COLABORAÇÃO, GENERATIVIDADE, RIGOR E IMAGINAÇÃO: QUATRO PALAVRAS PARA FOCAR E ESTIMULAR NOSSAS INVESTIGAÇÕES ORIENTADAS PELA PRÁTICA*

TOM STRONG

Psiquiatra registrado,
professor e diretor educativo
do programa de graduação
em Estudos Educacionais
de Psicologia aplicadas
à Política e Liderança, da
Universidade de Calgary,
Canadá
e-mail: strongt@ucalgary.ca

Tradução de Rodrigo Peixoto.

COLLABORATION, GENERATIVITY, RIGOR & IMAGINATION: FOUR WORDS TO FOCUS AND ANIMATE OUR PRACTICE-ORIENTED INQUIRIES

RESUMO: Este trabalho apresenta a visão de que clientes, terapeutas e pesquisadores orientados à prática podem compartilhar um interesse comum ao se voltar às inquietações humanas como formas de investigação. Esta orientação de pesquisa ativa voltada às preocupações humanas deriva, em parte, da abordagem de Andersen aos problemas pessoais e de relacionamento enquanto nascidos de “diálogos paralisado”. Portanto, o papel do terapeuta e pesquisador orientado pela prática é, alternativamente, engajar seus clientes em novas formas de investigação dialógica. Quatro palavras são oferecidas para guiar conceitualmente como tais investigações dialógicas podem ser otimizadas de forma a estimular clientes, terapeutas e pesquisadores.

PALAVRAS-CHAVE: investigação-ação, terapia, indagação dialógica.

ABSTRACT: This paper presents the view that clients, therapists, and practice-oriented researchers can share a common interest in addressing human concerns as arrested forms of inquiry. This action research orientation to human concerns derives in part from Andersen’s approach to personal and relational problems as arising within “stalled dialogues”. Thus, the role of therapist and practice-oriented researcher from this orientation is to alternatively engage clients in new forms of dialogic inquiry. Four words are offered to conceptually guide how such dialogic inquiries can be optimized in ways that animate clients, therapists, and researchers.

KEYWORDS: action research, therapy, dialogic inquiry

Recebido em: 09/11/2014

Aprovado em: 09/12/2014

Publicado em Human
Systems: Journal of Therapy,
Consultation & Training em
2010.

* Baseado em uma
apresentação na conferência da
mid-Norway Family Therapy
Association, outubro de 2010.
Com especial agradecimento a
Ottar Ness.

Agora “nós” sabemos como seguir em frente (que me perdoe Wittgenstein, 1953, aforismo 179).

Os objetivos da pesquisa moderna costumavam ser altos. A ciência parecia capaz de responder às mais importantes questões humanas, de formas metodologicamente autorizadas e que deveriam colocar um ponto final em todas elas. No entanto, hoje em dia, nas ciências sociais, especialmente nas pesquisas relacionadas ao serviço humano, colocar um ponto final a tais questões nos parece um objetivo ao menos suspeito. Conforme seu ponto de vista, os cientistas sociais nunca descobrirão equivalentes às leis da gravidade, pois as pessoas vivem de maneiras muito diversas. A ideia de que os cientistas sociais, enquanto engenheiros sociais, poderiam desenvolver um conhecimento capaz de dirigir os assuntos sociais, como a prática terapêutica, passou de um sonho moderno a uma angústia pós-moderna. Mas as preocupações humanas, e como responder ou dirigir-se a elas como formas de investigação pessoais e específicas a cada situação de investigação, são também expedientes dos envolvidos em serviços profissionais de auxílio.

Ultimamente, grande parte dos pesquisadores de serviços de ajuda parecem mais modestos. Quando, anteriormente, muitos buscavam conhecer intervenções ou questões diagnósticas corretas ou apropriadas (para que a ajuda científica pudesse ser mapeada, antecipando-se a um cliente ou inquietação) o próprio conhecer, hoje em dia, passou a significar coisas menos definitivas. Algumas pessoas se esquecem da sabedoria do provérbio que diz: em Roma, faça como os romanos. Por analogia, os resultados de uma “bem controlada” pesquisa de ciência social em Roma pareciam, no auge da era moderna, garantir uma prescrição neste sentido: em Trondheim, Noruega, faça como os romanos. A pesquisa em serviço social, na minha opinião, está ainda aprendendo a driblar esse excesso, essa falta de humildade. Neste trabalho, pego carona na frase de Wittgenstein sobre seguirmos em frente juntos, direcionando-a a uma orientação de pesquisa-ação, sugerindo quatro palavras para focar e estimular as investigações baseadas na prática: colaboração, generatividade, rigor e imaginação. Meu objetivo é alimentar o interesse dos leitores a alguns dos potenciais dessas palavras quando aplicadas a preocupações enfrentadas por nós e por nossos clientes.

PANO DE FUNDO

Tenho idade suficiente para ter vivido duas eras vastamente distintas de virtude científica (Shapin, 2008). Comecei a estudar no exato momento em que a educação científica estava sendo reorientada na América do Norte, em reação ao Sputnik russo, e completava meu doutorado quando os desconstrucionistas e os pós-modernos tomaram de assalto a ciência

moderna e as afirmações científicas dos psicólogos (por exemplo, Gergen, 1982). Segundo o grande teórico literário russo, Mikhail Bakhtin (Morson & Emerson, 1990), as diferenças entre tais eras exemplificam o que ele descreveu como tendências centrípetas e centrífugas de criação de sentido. Para Bakhtin, os humanos nunca chegam a uma palavra final, seja qual for o assunto, científico ou qualquer outro. Frequentar a escola pública quando a ciência moderna estava em voga foi uma experiência muito diferente de lidar com as visões de Derrida e Latour sobre a ciência a nível de pós-graduação. Os cientistas sociais antissépticos (esquizoides?) da era Sputnik, ao serem “objetivos” (Daston & Galison, 2007), foram centrípetos segundo críticas sobre reflexividade (Latour, 1988) e da desconexão humana (por exemplo, Jordan, Kaplan, Miller, Stiver & Surrey, 1991) apenas duas décadas mais tarde. A pesquisa qualitativa foi uma resposta centrífuga, mas de certa maneira focada, a uma ideia cada vez mais popular: estudar os humanos era diferente de estudar pedras ou árvores. Ah, e como isto cresceu diversificada e imensamente (Denzin & Lincoln, 1994; 2005). No entanto, seria imprudente abandonar as pesquisas rigorosas em nome de especulações sem bases sólidas e intuições. Para Bent Flyvberg (2001), nossas investigações precisam engajar as pessoas ao que realmente lhes interessa. Certas vezes, no entanto, as conversas necessárias a tais investigações “se paralisam” (Andersen, 1995).

Não é necessário que exista uma tensão entre minhas duas frases anteriores. As investigações rigorosas, no sentido comum, usam métodos de pesquisa bem estabelecidos e bem controlados para que possam ser defendidas frente a pessoas que se dediquem ao escrutí-

nio da confiança da utilização de tais métodos. Também os terapeutas seguiram esses passos, equacionando uma terapia propriamente praticada à aderência a roteiros conversacionais baseados na evidência. Observando com cuidado, como um cientista social ou profissional de auxílio, tal investigação ou “ajuda”, podemos identificar participantes e clientes atuando nos dramas desenhados por pesquisadores ou terapeutas. A tensão mencionada anteriormente se dissipa quando curiosidades, julgamentos, esforços e resultados são compartilhados, quando as conversas e intervenções empreendidas são levadas a cabo juntas. Também ajuda o fato de pensarmos localmente em qualquer afirmação frente às investigações compartilhadas.

Eu cheguei à parte prática da minha carreira universitária com o que algumas pessoas chamam problema de atitude. Passei uma década da minha vida praticando a psicologia e, cada vez mais, parecia-me que os protocolos de pesquisa criados por meus empregadores ou patrocinadores tomavam conta de áreas que eu imaginava formarem parte do meu julgamento clínico. Embora eu aceite a perspectiva de que a pesquisa pode e deve informar a prática de auxílio, fui ficando desconfortável com a necessidade de elencar os problemas dos meus clientes em termos psiquiátricos, já que esta era *a* linguagem científica para eles, ou com o fato da obrigação do uso da terapia cognitiva, já que apenas ela tinha validade científica (Strong, 1993; 2008). No entanto, embora eu respeite que os mais velhos e os cientistas guardem sabedorias valiosas, não os enxergo tomando decisões em meu lugar; mas sim dotando-as de informação, claro. A clássica visão modernista das ciências sociais era de que os resultados experimentais e as ava-

liações científicas podiam fornecer *a* fundamentação que poderia dirigir e corrigir a vida das pessoas, ainda que tais corretivos e diretivas não fossem bem recebidos (cf., Shcwandt, 2002). Os terapeutas desta linha enxergam o meu ponto de vista como “resistência” do cliente, enquanto outros enxergam tal resistência como um chamado ao desenvolvimento de abordagens mais colaborativas para sermos mais úteis (de Shazer, 1984). Neste ponto, sugiro que nossos diálogos terapêuticos e as inquietações que os animam paralisaram, utilizando o termo empregado por Andersen (1995).

Felizmente para mim, uma convergência de ideias e práticas para melhorar a colaboração aguardava meu retorno à vida acadêmica, ideias e práticas em cuja formação pessoas marginalizadas (mulheres, grupos culturalmente minoritários) tiveram grandes papéis. Onde prevalecia a dominação, métodos de pesquisa e práticas terapêuticas estavam sendo desenvolvidos para encarar tal dominância (por exemplo, Reason & Bardbury, 2001; White & Epston, 1990). Tais ideias colaborativas ajudaram a que pesquisas e práticas fossem feitas *com* pessoas, não em pessoas. Não é um grande passo ver questionamentos e preocupações que clientes, terapeutas e pesquisadores, em um primeiro momento, tentaram encaminhar e responder como formas paralisadas de investigação (Andersen, 1995). Portanto, estou interessado em como o diálogo pode nos focar e estimular em investigações colaborativas, generativas, rigorosas e imaginativas para seguirmos em frente juntos.

O pano de fundo que esbocei me levou a quatro palavras que agora ofereço para focar e estimular suas investigações orientadas pela prática sobre serviços de ajuda ou outros. Tais pesquisas ou investigações, como che-

guei a entender, envolvem inúmeras decisões tomadas por pesquisadores ou profissionais de ajuda; decisões que inescapavelmente envolvem outras pessoas. Assim, eu fiquei interessado no que trago a tais investigações orientadas pela prática e que contribui às decisões compartilhadas. Eu costumava enxergar meu papel como simplesmente estar disponível para que os demais articulassem *seus* entendimentos e ações (uma fase Carl Rogers [1961] da minha carreira, por assim dizer), mas acabei pensando que tais contribuições passivas, auxiliando meus parceiros de investigação, acabaram diminuindo o potencial de todos. Um bom balanço se segue a tal reconhecimento; e eu não recomendaria enfrentá-lo sozinho. Isso seria como sugerir que alguém pudesse, de forma unilateral, oferecer a um relacionamento o que ele precisa. Em vez disso, palavras como colaboração, generatividade, imaginação e rigor assumem significados bem diferentes quando vistas como um desafio conjunto no qual pesquisadores e profissionais de auxílio podem assumir papéis importantes convidando, reforçando e sustentando. É a tal desafio conjunto que nos voltamos neste momento, considerando cada palavra como um objeto conversacional que ganha significância e ação por conta de parceiros pesquisadores.

COLABORAÇÃO

Eu não posso fazer sem o outro; não posso ser eu mesmo sem o outro; eu devo me encontrar no outro, encontrando o outro em mim (Mikhail Bakhtin, apud Wertsch, 1998, p. 116).

Eu precisei colaborar com um norueguês (Ottar Ness) para me lembrar que esta palavra (colaboração) tem

uma história de uso bem convulsa. A colaboração, como experimentada na Noruega de Quisling, não é o tipo de relacionamento que evoco aqui. Eu uso tal palavra para sugerir que a menor distância para se conseguir a colaboração dos demais é através de uma intenção compartilhada. As intenções compartilhadas não são algo que as pessoas podem transmitir às demais, que, por sua vez, devem aceitá-las. É assim que muitos pais norte-americanos utilizam a palavra “cooperar” frente às expectativas dos filhos (muitas vezes sem êxito). Um sentimento de identificação mútua, consensual, engajada e negociada perpassa essa ideia esquiava: a colaboração. Por outro lado, não se trata de uma ideia que cabe a todos os propósitos. Como pai, eu não negociaria com um menino de sete anos se jogar futebol em uma rua com muito tráfego é ou não uma boa ideia. Algumas formas de reciprocidade não funcionam para mim: minha ética profissional e dignidade pessoal não são prontamente negociáveis. Porém, a colaboração na pesquisa e na atividade de auxílio podem ser mais bem apreciadas como práticas sociais iniciadas e sustentadas por intenções compartilhadas ou compartilháveis.

A colaboração, entre pessoas, pode ser um feito transitório que cresce ou declina de acordo com as circunstâncias e esforços enfáticos. Em contextos como a terapia ou pesquisas comunitárias, pode ser útil adotar a linguagem dos analistas de discurso (por exemplo, Wooffitt, 2005) que falam de pessoas oferecendo significado a projetos e objetos conversacionais e da ação entre eles. A noção de *entre* é a mais desafiadora para aqueles saturados pela visão de que os indivíduos, sozinhos, determinam os resultados sociais. Trabalhos em grupo, cantores em harmonia e parceiros elegantes dançando juntos;

tudo isto ilustra os pontos em que os esforços individuais são transcendidos por algo maior. O desafio relacional em cada um desses exemplos (além das intenções compartilhadas) é uma *coordenação* relacional de esforço e entendimento (Kelso & Engstron, 2006). O dançarino não coordena a dança sozinho; ele ou ela faz isso através de iniciativas em andamento e respostas do parceiro. Os terapeutas, assim como os pesquisadores, certas vezes cometeram o erro de equiparar um acordo inicial sobre objetivos e intenções ao tipo de coordenação mencionada. Por conta dessa visão, o pesquisador ou profissional de auxílio extrai dos participantes ou dos clientes os resultados ou objetivos de sua colaboração; isso feito, cabe ao profissional guia-los até lá, como se fosse um motorista de táxi. A colaboração, como eu a entendo, necessita feedback de todas as partes, e tal feedback deve estar em sintonia com intenções cambiantes que muitas vezes surgem pelo caminho. O destino final pode ser alterado ou permanecer o mesmo, mas os caminhos para alcançá-lo podem exigir negociações ao longo do trajeto.

Pensada como um projeto em grande parte conversacional, a colaboração envolve manter-se focado nas diferenças entre as pessoas para “seguir em frente” juntos. *Isso pode ficar complicado quando decidimos se que o que está em jogo para quem nesse objeto conversacional (intenções compartilhadas) deve ser mantido em diálogo ou em negociação.* No âmago da “criação colaborativa”, para Vera John-Steiner (2000), pesquisadora da linha de Vygotsky, está a crença nas capacidades de nosso parceiro. Isso deve ser estendido à nossa abertura ao feedback de nossos parceiros, e também à nossa predisposição para sermos “guiados pelos clientes”, no sentindo em que

Duncan, Miller e Sparks (2004) descrevem. Aqui, a lógica é que desenvolvamos nossa sensação de estamos “em sintonia” com o outro, sendo receptivos às iniciativas e reações alheias, em negociações e modificações intersubjetivas que aceitamos sem perceber. Uma aluna de doutorado com a qual trabalho, Hillary Sharpe, está analisando como cavaleiro e cavalo fazem esse tipo de coisa, já que se moldam um ao movimento e às “intenções” do outro, em uma terapia equina facilitada.

Eu me transformei em terapeuta familiar bem na época em que esta profissão desenvolveu uma forte ambivalência frente às metáforas mecanicistas e cibernéticas (Rosenblatt, 1997) que informaram o pensamento e a prática de muitos terapeutas. Segundo a visão cibernética, as famílias e outros sistemas eram guiados por *feedbacks* vindo de dentro e de fora, usados para manter as coisas aceitavelmente familiares, mais ou menos como um termostato que sabe quando ligar a calefação quando a temperatura ambiente de uma sala fica muito fria ou desligá-lo quando fica muito quente. Para humanos e grupos de humanos, as ameaças ao familiarmente aceito são parecidas às informações que ativam ou desativam um termostato. Não é um exagero comparar a receptividade humana ao que é aceitavelmente familiar (ou não) como sendo também parecido ao funcionamento do nosso sistema imune (por exemplo, Douglas, 1966). Quando a terapia familiar tornou-se “pós-estruturalista”, a metáfora cibernética e mecanicista foi descartada por muitos, embora mantenha o seu valor. Quanto à colaboração, o que importa é a resistência das pessoas ou suas diferenças sobre como seguir em frente juntos; o equivalente à temperatura subindo ou baixando graças ao termostato. Isso seria um sinal óbvio

de que a colaboração já não é colaborativa, de que o objeto ou projeto conversacional já não parece formulável por pelo menos uma das partes envolvidas.

GENERATIVIDADE

São os clichês que geram problema (Jeannette Winterson, 1993, p. 10).

Eu tenho o imenso prazer de trabalhar com alunos de pós-graduação que estão se preparando para a carreira acadêmica. No início de nossas conversas, falamos sobre seus projetos de pesquisa; sobre questões investigativas “que não param de nos trazer novas perguntas”. Parte do desafio de colaborar, seja na pesquisa ou nos questionamentos terapêuticos (eu costumo pensar que essas duas questões estão relacionadas), é como permanecer generativo. Isso é um desafio para qualquer relacionamento que começa com uma série de circunstâncias e preferências para logo encarar diferentes circunstâncias ou preferências por parte dos parceiros. Algumas maneiras de se relacionar ou conversar são mais generativas que outras, mas grande parte delas perde sua generatividade ao longo do tempo quando se transformam em rotina, ou as palavras e ações viram clichês.

Os insights de Wittgenstein (1953) sobre nossas comunicações, que chamou de “jogos de linguagem”, ajudam a entender como algumas formas de falar ou interagir são padronizadas. Algumas vezes, ser generativo é uma questão de encontrar formas mais engenhosas de nos comunicarmos e interagirmos do que permanecermos encrustados em maneiras de interação e comunicação mais familiares. O mesmo acontece com a família que

inova introduzindo um novo prato no cardápio ou uma atividade compartilhada por todos, e depois descobre que tal inovação ficou paralisada; pesquisadores e terapeutas, junto com participantes e clientes, enfrentam desafios similares. Os humanos têm o hábito, como dito por Newman e Holzman (1997), de “fetichizar e fossilizar” entendimentos e interações, e o fazem a ponto de frustrar os esforços das pessoas no sentido de serem generativas juntas. O espírito de investigação social, desde os esforços pós-modernos e construcionistas, abraçou os objetivos construtivos e desconstrutivos. Embora grande parte das pessoas aceitem que a pesquisa pode, construtivamente, ajudar a informar e aprimorar a prática, os desconstrucionistas têm um objetivo distinto. Eles revisitam o quão bem o campo é servido pelo que domina o entendimento e a prática. Parte de sermos generativos pode envolver o que Newman e Holzman (1997) chama de atividade prático-crítica, convidando as pessoas a se engajarem nas inadequações de conhecimentos e práticas dadas como certas. Questões como “por que esse entendimento ou ação e não outro” abrem espaço à atenção crítica e podem repolitizar as ações e entendimentos sob os quais as pessoas vivem. Tal jogo de linguagem desconstrucionista se torna generativo no preciso momento em que as pessoas reconhecem que entendimentos e ações dominantes sumiram de sua mente.

Alguns leitores devem conhecer a pesquisa com golfinhos de Gregory Bateson (1972) e o que ele chama de deutero-aprendizado. Bateson observou que os golfinhos treinados para fazerem certas ações em algum momento fazem várias coisas não antecipadas, mas consistentes, embora bem distantes do que foram treinados a fazer. O

deutero-aprendizado, para Bateson, ocorre quando as pessoas aprendem a aprender. No caso da generatividade, isso ocorre quando elas adquirem uma contagiosa habilidade de serem generativas ou engenhosas de maneiras que excedem, e muito, o que poderia ser antecipado quando deram início a um projeto de pesquisa. Claro que nem tudo o que é gerado por pessoas que se juntam para dirigir-se a uma ambição ou inquietação comum será considerado útil. Como dizem os defensores do “brainstorm”, um contexto generativo deve estar aberto ao que é novo antes de avaliar, de forma crítica e colaborativa, o que foi recentemente gerado.

Vários autores assumem o reverso do que estou descrevendo; eles falam em “brincar” e no seu relacionamento com a generatividade (Bakhtin, 1986; Gadamer, 1988; Holzman, 2009). Quando a interação social e o significado ficam excessivamente formalizados ou muito determinados, o antídoto pode ser uma quebra criativa frente à convenção, para então desenvolvermos novas maneiras de entendimento e interação. Entre pesquisadores e profissionais, certas pessoas identificam um obstáculo que chamam de metodolatria, ou um excessivo foco no método (Chamberlain, 2000; cf., Nylund & Corsiglia, 1994), e tal obstáculo pode atingir as curiosidades, os relacionamentos e os entusiasmos úteis a sermos generativos. Bateson (1972) também escreveu sobre como os animais (incluindo os humanos) alternam entre responder às circunstâncias e a uns aos outros de maneira séria e divertida. São necessárias formas de indicar e reconhecer quando os convites a um ou outro modo são invocados e aceitos. As pessoas que, de maneira colaborativa, engajam-se em investigações podem se beneficiar

do balanço entre formas rigorosas e divertidas de fazer o seu trabalho generativo juntas.

RIGOR

...o que chamamos conhecimento não pode ser definido sem entendermos o que significa o conhecimento. (Bruno Latour, 1986, p. 220)

Há muitas razões para termos chegado à ciência social moderna que hoje domina nossas profissões e disciplinas. A mais importante dessas razões é confiar no que conta ou não como conhecimento e sabedoria. Nas mãos de algumas figuras de autoridade corruptas (por exemplo, alguns reis, religiosos e místicos), o positivo poderia ser negativo, e as prescrições do que é melhor para as pessoas poderiam surgir de algo menos do que deliberações exatas. O que importava para os cientistas da era iluminista eram processos rigorosos que conduziam a defesas claras da verdade ou do conhecimento. O rigor é uma palavra constantemente utilizada nos círculos de pesquisa e normalmente se refere ao que os cientistas fazem para convidar outros a crer em seus supostos. A noção de rigor em pesquisa pode ser vista como devedora do que algumas pessoas chamam de “políticas de prescrição” (Hallward, 2004), ou uma expectativa de que a boa ciência deveria determinar a boa prática.

O distintivo de rigor na pesquisa, até recentemente, era o objetivo buscado por qualquer investigação. No entanto, palavras como objetividade e rigor têm um histórico capcioso de significados, especialmente quanto a como a pesquisa foi guiada por elas (Bernstein, 1983; Daston & Galison, 2007). Quanto a investigações em áre-

as como terapêutica ou preocupações comunitárias, tais palavras requerem significados que não podem ser pré-estabelecidos. Neste momento, surge em cena um novo tipo de rigor, um rigor sobre o qual escreveu Michael White (1995) sugerindo que nós trabalhamos no interior de uma série de experiências e preferências dos clientes. Isso é um tipo de rigorosa *intersubjetividade*, no qual valores e preferências estão envolvidos. É o que Thomas Schwandt (2002) descreveu como “excelência deliberativa” compartilhada. Isso se aplica tanto às políticas inter-pessoais de descrição (como nomear as experiências das pessoas) quanto a qualquer política de prescrição (como seguir em frente juntos).

Na era pós-moderna, um dos maiores desafios aos terapeutas e pesquisadores com orientação colaborativa tem sido o que fazer com o conhecimento e a prática que vão além (ou após) os relacionamentos imediatos nos quais tais investigações colaborativas são empreendidas. Que valor os profissionais deveriam dar aos resultados de outras pesquisas das ciências sociais ou às tradições a eles passadas por seus supervisores e profissões? Essa questão, para mim, aponta aos relacionamentos nos quais queremos que os resultados de nossas pesquisas signifiquem algo, ou encontrem seu “entendimento”, para dizer de outra maneira. Os terapeutas familiares entendem muito bem o que estou querendo dizer. Ajudar um membro da família ou um subsistema, como o relacionamento parental, a operar mudanças não é um assunto isolado. Uma mudança na mãe ou no pai, ou no relacionamento que mantêm, tem significância para os filhos, para as famílias dessa mãe e desse pai, e possivelmente também efeitos de marola nos relacionamentos. O rigor, nessa

maneira de pensar, envolve reconhecimentos de como a ecologia social de uma pessoa tem um papel na motivação de uma pesquisa e no efeito causado nela mesma por seus resultados. Considerações similares surgem entre cientistas sociais preocupados com a extensão e a aplicação de conhecimentos orientados ao serviço. Eles também operam em uma ecologia social onde é esperado que as pessoas reconheçam o que veio antes e depois de qualquer pesquisa. O rigor, tal e como tenho descrito, guarda um importante elemento social e cultural; um elemento que reconhece, por outro lado, um princípio central do pensamento construcionista (Lock & Strong, 2010), o de que realidades socialmente compartilhadas são realidades socialmente negociadas. Isso é bem diferente da postura que se costuma assumir quando os objetivistas usam sua ciência para alcançar uma posição de controle nas políticas de prescrição.

O abismo entre entendimento e abordagem entre pesquisadores de terapia, cientistas sociais e clínicos da linha de frente se abre e se estreita aqui, dependendo da abordagem de cada um ao profissional de auxílio. Uma importante parte da minha carreira como acadêmico esteve focada na diminuição desse abismo; e, em parte, eu me tornei acadêmico por conta das minhas preocupações sobre as prescrições dos pesquisadores (e sobre as instituições e gerentes que seguiam suas prescrições) em uma linguagem para os problemas dos clientes e intervenções “corretas” articuladas a essa linguagem de problemas (Strong, 1993; 2008). A visão modernista, importada da medicina e ainda dominante, é a de que os problemas poderiam ser corretamente descritos e endereçados. Para muita gente, tal pensamento é reconfortante, pois significa que ser

útil pode ser visto como uma prática “rigorosa” de mapeamento das preocupações dos clientes, utilizando as características diagnósticas da linguagem dos profissionais. Portanto, o uso dessas intervenções foi cientificamente garantido. Esse é um respeitável e bem organizado mundo clínico, no qual clientes e terapeutas assumem papéis bem definidos, em um encontro bem roteirizado, para se desenvolverem de maneiras previsíveis e apoiadas pela evidência. Todos entendemos porque essa abordagem de ajuda foi bem recebida pelas pessoas que encaravam seus papéis como extensões lógicas da medicina. Porém, para os que lutavam frente às hipóteses e associações ao rigor dessa abordagem (por exemplo, que os problemas devem ser descritos na linguagem de sintomas individuais, que as intervenções conversacionais são equivalentes aos procedimentos ou prescrições médicas), e também frente à sua aceitação pelas instituições de saúde, ocorre um enorme distanciamento.

Um diálogo fascinante está ocorrendo sobre o que deveriam ser investigações orientadas à ajuda (Denzin & Giardina, 2008; Lerner, 2004). De um lado está a abordagem que acabei de mencionar: a prática baseada na evidência, ou “melhores práticas”, investigações cuidadosamente controladas que garantem tais prática(s) e a expectativa de adesão dos profissionais às práticas baseadas em evidências. No entanto, uma resposta surgiu das linhas de frente de prática onde o trabalho clínico é menos controlado; a evidência baseada na prática (por exemplo, Barkham, Hardy & Mellor-Clark, 2010; Duncan, Miller e Sparks, 2004). Os dois lados deste diálogo buscam práticas nas quais os clientes sintam estar sendo ajudados, e os dois estão baseados na hipótese de que a

prova de tal utilidade é generalizável, e que portanto oferece apoio científico nas arenas institucionais e culturais onde se movem as “políticas de prescrição” de Hallward (2004). O rigor acabou significando algo semelhante ao que descrevi nessas linhas de investigação geradoras de evidências, como já sabíamos que aconteceria, por buscar evidência para práticas prescritas. O rigor também pode se desenvolver em colaborações guiadas por esforços em andamento, a fim de compartilhar intenções e formas de seguir em frente juntos.

IMAGINAÇÃO

*Rigor solitário é paralisia mortal,
mas imaginar sozinho é insanidade.*

Alguns devem pensar no que a imaginação tem a ver com a boa pesquisa até lembrarem que Arquimedes teve seu momento eureka enquanto estava na banheira, ou que Einstein observava os postes telefônicos aumentando enquanto tomava um trem para o trabalho e tropeçou na “relatividade”. Nos anos de 1960, não era incomum ter *think tanks* industriais onde um dos membros era um artista ou filósofo. Entre os pesquisadores qualitativos, era quase um axioma que todas as formas de pesquisa ocorressem dentro de um marco interpretativo ou um conjunto de suposições. Para alguns realistas rigorosos, uma vez que a teoria está provada, ela salta sobre ser uma suposição ou interpretação do fenômeno de investigação para ser a VERDADE sobre esse fenômeno. A parte imaginativa (isto é, teórica) da pesquisa pode ser deixada para trás, de acordo com esta linha de pensamento. Mas é também por esta linha de raciocínio que um químico vê o

ser humano como propriedades químicas e interações; um fisioterapeuta veria o humano em termos de ossos, músculos e mobilidade; um psicólogo vai a outro lugar de acordo com a compreensão dele ou dela, e assim por diante. Há muitas maneiras de entender o mesmo ser humano, sem qualquer maneira, ou combinação de maneiras, de entendimento, que oferecem uma compreensão mais completa. Tais marcos interpretativos para compreensão dos seres humanos são diferentes, até incomensuráveis para usar a linguagem de Kuhn (1962) de paradigmas científicos.

Uma das coisas que a hermenêutica ou a pesquisa etnometodológica deixa claro é o quanto a realidade pode ser entendida e praticada de modo diferente – com sucesso inquestionável. Sugerir o contrário é afirmar que existe uma maneira correta de entender e praticar a realidade, quando pessoas de diferentes culturas têm sucesso em suas interações usando diferentes entendimentos e práticas. O ponto que eu estou construindo é bastante familiar para os praticantes construcionistas, ou aqueles que falam sobre o enquadramento e o reenquadramento, mas pode ser extremamente importante para os resultados de nossas investigações. Há alguns anos, eu participei de um seminário de Sallyann Roth no qual fomos convidados a considerar a hermenêutica da nossas perguntas. Ela nos pediu que tivéssemos sensibilidade e apreço pela forma como as nossas questões ou curiosidades terapêuticas se relacionavam com o nosso desenvolvimento e experiências atuais dentro de determinados contextos significativos. Isso me fez lembrar de uma piada sobre um jovem pediatra que, ao ser perguntado sobre ter sua própria família, respondeu que não iria ter filhos porque tudo que fazem é

ficar doente. As preocupações, objetivos e conclusões que vivemos surgem e fazem sentido em tais contextos significativos. Para Gadamer (1988), tais contextos proporcionam horizontes de sentido e possibilidade particulares, nossos caminhos interpretativos ou imaginativos de não apenas compreender, mas de formular questões e formas de abordá-los. E tudo isso vem antes de nossos meios de fazer sentido dos resultados e das aplicações de nossas pesquisas.

Uma das minhas preocupações ao longo dos últimos anos tem sido a estreita faixa de ideias que normalmente têm norteado nossas perguntas e ajuda (Lock & Strong, 2010). Estudioso de hermenêutica, Paul Ricoeur (1976) sugeriu que muitas vezes precisamos nos distanciar conceitualmente ou tornar estranhos nossos contextos habituais de significado para que possamos trazer novos recursos imaginativos na recontextualização de nossas indagações e preocupações. Se a pesquisa é a produção de novos conhecimentos que podem ser necessários, para parafrasear o estudioso budista Pema Chodron (1994), precisamos deixar de lado nossos roteiros, ou persistiremos em obter mais do que estamos acostumados. Por roteiros, Chodron refere-se à compreensão narrativa de que horizontes de sentido e possibilidade também podem ser entendidos como histórias de significado que as pessoas levam adiantes – geralmente sem refletir sobre enredos de suas histórias.

Nas últimas duas décadas, houve uma explosão de novas ideias e métodos relacionados com as ciências sociais, como evidenciado, por exemplo, pela quase duplicação do *The Handbook of Qualitative Research* (Denzin & Lincoln, 1994; 2005) em pouco mais de uma década. Parte dessa explosão se deu devido ao aumento da

influência das ideias e práticas construcionistas pós-modernas e sociais. Quando o foco da pesquisa vai de descobrir corretamente ou de avaliar as coisas “como elas realmente são” para o encontro de formas eficazes de compreender e abordar as coisas como são, possibilidades antes impensadas podem surgir. O desafio potencialmente grande está em ter outros que apreciem o horizonte ou contexto a partir do qual as nossas investigações surgiram e devem ser entendidas – especialmente quando esses outros são os que fazem as regras e gestores institucionais.

Convidar outras pessoas para novos horizontes de curiosidade e possibilidade, encontrar formas convincentes de pensar para além dos horizontes de possibilidade aos quais estamos acostumados, e juntar-se a outros em seus horizontes habituais de possibilidade e curiosidade – estas são formas de trabalho imaginativo, quando nos referimos a pesquisas ou terapia. Eu cheguei a compreender minha sugestão para fazer esse tipo de trabalho imaginativo exigido como proveniente da “resistência” de clientes ou parceiros de pesquisa, podendo permitir investigações colaborativas para ficar “no caminho certo” ao ser guiado por mal-entendidos, diferenças e assim por diante. Para Vico (2005/1744), ficar sem possibilidades, ser mal interpretado, discordar são sinais de “pobreza linguística” e chamam atenção para o que ele chamou de “sabedoria poética”. Sabedoria poética aplicada a trabalho imaginativo apela para uma espécie de *artesanato das palavras* (Strong, 2006), onde as pessoas experimentam criativa e criticamente não apenas palavras diferentes, mas diferentes “jogos de linguagem” para usar a frase de Wittgenstein (1953). Um exemplo do que quero dizer com jogos de lingua-

gem foi oferecido anteriormente em diferentes esforços para compreender os seres humanos de acordo com os “jogos de linguagem” químicos ou antropológicos. Quando as pessoas falam em “pensar fora da caixa”, isso, também, pode referir-se a um jogo de linguagem ou contexto diferente. Para fazer bom uso da sabedoria poética de Vico, os pesquisadores e praticantes precisam reconhecer o quanto os usos específicos da língua permitem e restringem as possibilidades de se conectar com os outros.

Isto pode ser entendido como uma forma de equiparar os jogos de linguagem com o que eu anteriormente descrevi como horizontes de possibilidade significativa. Mas um praticante, que pode mudar de um modelo de prática para outro, ou conceituar um desafio dentro de um jogo de linguagem diferente, e, em seguida, envolver outras pessoas a partir de uma mudança no jogo de linguagem, é um *artesão de palavras* realmente talentoso. Terapeutas de casal sabem disso muito bem, quando tentam ajudar os parceiros a sair dos jogos de linguagem defensivos e culpabilizantes por outros jogos de linguagem relacionalmente mais amigáveis. Para os pensadores e profissionais heideggerianos, as introduções cuidadosas da nova linguagem quando a linguagem atual não está sendo generativa pode permitir a abertura de “novos mundos” (Spinoza, Flores & Dreyfus, 1997):

Em vez de enquadrar nossas experiências inconsistentes para torná-las consistentes, podemos articular as suas diferenças genuínas. Com efeito, uma vez que abandonamos o enquadrar argumentos e preocupações como produtores tanto de nossas verdadeiras identidades como nosso único verdadeiro acesso ao mundo, podemos começar a nutrir nossas

diversas preocupações culturais e seus vários modos de investigação (p. 158).

Visto como uma atividade conversacional de ficar atento e engenhoso com o uso da linguagem, o trabalho imaginativo relacionado às investigações colaborativas orientadas pela prática pode produtivamente atender ao cuidado e aos conselhos de Spinoza *et al.* (1997). Esse trabalho imaginativo é desencadeado por indicações de que a linguagem em uso não está funcionando para um ou mais parceiros.

EM DIREÇÃO A PESQUISAS COLABORATIVAS, GENERATIVAS, RIGOROSAS E IMAGINATIVAS

A relação do investigador com esta (prática) situação é transacional. Ele molda a situação, mas em uma conversa com ele, de modo que os seus próprios modelos e apreciações também são moldados pela situação. Os fenômenos que ele procura entender são em parte de sua própria criação; ele está na situação que procura entender (Schön, 1983, pp. 150-151).

Ao longo deste trabalho, vejo que os problemas humanos podem ser vistos como investigações aprisionadas, lugares onde as pessoas estão presas para encontrar a linguagem e meios de “prosseguir”, no sentido de Wittgenstein. Este ponto de vista do conhecimento é consistente com o que às vezes é referido, com referência a Aristóteles, como conhecimento fronético (Bernstein, 1983; Flyvberg, 2001), em contraste com o conhecimento objetivado normal que esperamos das ciências sociais e outras. Os últimos tipos de conhecimento – generalizante, ob-

jetivo – têm sido o reino de cientistas sociais modernos, geralmente usando métodos quantitativos para “provar ou avaliar coisas”. É a norma, quando entrar para a política do setor de serviço de prescrição, para ter tais provas ou avaliações, de modo que se tem, por exemplo, “evidências baseadas em” práticas. Mas tem havido um debate considerável sobre o que conta como ciência ao garantir tais práticas baseadas em evidências (por exemplo, de Norcross, Beutler & Levant, 2005). Neste artigo, tenho defendido uma visão mais humilde de pesquisa.

Como a maioria dos terapeutas e pesquisadores de ação, meus interesses estão com as pessoas com as quais estou envolvido em redinamizar pesquisas aprisionadas, mas raramente além dessas pessoas. Embora eu não ignore evidências e ideias de outros lugares, concordo com Bakhtin (1986), que considerou que as pessoas têm de fazer entendimentos e ações por si mesmas através de processos dialógicos. Elas não podem simplesmente transmitir ou prescrever tais entendimentos e ações. Poderiam optar por levá-los, modificá-los para as suas circunstâncias e preferências, ou descartá-los, no entanto. Neste sentido, pesquisas compartilhadas e os significados e ações delas decorrentes são como a maioria das outras relações humanas; são negociadas.

O título do meu artigo sugere que a colaboração, a generatividade, o rigor e a imaginação *focam e estimulam* nossas investigações compartilhadas. Por foco, estou me referindo a como essas quatro palavras podem ser usadas para manter os nossos inquéritos compartilhados no caminho certo; para que sejam palavras as quais possamos voltar para a orientação que devemos encontrar em nossas pesquisas aprisionadas em formas antigas e novas. Por

estímulo, estou me referindo a como inquéritos compartilhados podem ser realizados de modo engajado e vigoroso – o oposto do tipo de distanciamento que se associa com muitas formas de pesquisa em ciências sociais. Nos tipos de perguntas que eu estou imaginando, sinto que os interesses destas pesquisas estão sendo trabalhadas em quase cada conversação. Para Bakhtin (1986; Morson e Emerson, 1990), é justamente através dessas interações estimulantes que as nossas palavras e as ações a que se seguem a partir delas ganham vida. Foco e estímulo não é algo fácil de ser mantido. Como praticante e pesquisador, tenho lutado com dois polos de interesse, e atualmente resolvi pela abordagem intermediária engajada para trabalhar com o que diz respeito a pessoas em suas pesquisas aprisionadas. O primeiro desses polos era a preocupação de Foucault (1977) que os profissionais precisassem de corpos dóceis, a fim de fazer o seu trabalho orientado para as pessoas. Bons clientes e participantes da pesquisa, por essa lógica, precisavam ser fornecedores de informação e receptores dispostos / autores de nossa experiência. A segunda preocupação cristalizou em uma percepção após alguns anos de prática: devo me apagar para estimular os meus clientes?

O território intermediário entre esses dois polos é mais comum, muito menos garantido, e exige uma grande quantidade de profissionais e pesquisadores, para que cada um faça a sua parte, não só incorporando e aprovando estas palavras, mas convidando e mantendo o mesmo com as pessoas que se juntam a nossas formas de investigação. É requerido um elemento de improvisação para que permaneçamos colaborativos, generativos, rigorosos e imaginativos – com outras pessoas – neste território intermediário

(Holzman, 2009). É fácil voltar para os métodos e palavras que achamos que funcionaram para nós antes, enquanto perdemos a visão e a conexão com as pessoas envolvidas em pesquisas que interessam a eles, antes de nós.

Um dos mantras atuais de prática crítica reflexiva (Flyvberg, 2001; Fook & Gardner, 2007) é que somos formados e formadores de entendimentos e ações que podemos tomar por certo em conjunto do que venho descrevendo como inquéritos compartilhados. Isso significa que precisamos estar atentos a usar palavras como colaboração, generatividade, rigor e imaginação – para não simplesmente reproduzir o que já está chegando para nós, em nossas investigações. Mas as mesmas palavras também podem aplicar-se em conjunto a novas maneiras, em diferenças que fazem a diferença, para usar uma frase bem conhecida de Bateson (1972). Sem dúvida, existem mais palavras que poderiam ser úteis de foco e estímulo de nossas pesquisas compartilhadas, mas elas podem, assim espero, surgir de investigações futuras.

REFERÊNCIAS

- Andersen, T. (1995).** Reflecting Processes: Acts of Informing and Forming. In S. Friedman (ed.), *The Reflecting Team in Action*, New York: Guilford
- Bakhtin, M. (1986).** *Speech Genres and Other Late Essays* (trans: V.W. McGhee), Austin, TX: University of Texas Press.
- Barkham, M., Hardy, G., E. & Mellor-Clark, J. (2010).** *Developing and Delivering Practice-Based Evidence: A Guide for the Psychological Therapies*, Malden, MA: Wiley-Blackwell.
- Bateson, G. (1972).** *Steps to an Ecology of Mind*, New York: Ballantine.

- Bernstein, J. (1983).** *Beyond Objectivism and Relativism*, Philadelphia, PA: University of Pennsylvania Press.
- Chamberlain, K. (2000).** Methodolatry and qualitative health research, *Journal of Health Psychology*, 5, 285-296.
- Chodron, P. (1994).** *Start Where You Are: A Guide to Compassionate Living*, Boston: Shambhala.
- Daston, L., & Galison, P. (2007).** *Objectivity*, New York: Zone Books.
- Denzin, N. & Giardina, M. D. (2008).** *Qualitative Inquiry and the Politics of Evidence*, Walnut Creek, CA: Left Coast Press.
- Denzin, N. & Lincoln, Y. (1994).** *The Handbook of Qualitative Research*, Thousand Oaks, CA: Sage.
- Denzin, N. & Lincoln, Y. (2005).** *The Handbook of Qualitative Research* (3rd ed.), London: Sage.
- De Shazer, S. (1984).** The death of resistance, *Family Process*, 23(1), 11-21.
- Douglas, M. (1966).** *Purity and Danger: An Analysis of Concepts of Pollution and Taboo*, New York: Penguin.
- Duncan, B., Miller, S. & Sparks, J. (2004).** *The Heroic Client* (revised ed.), San Francisco: Jossey-Bass.
- Flyvberg, B. (2001).** *Making Social Science Matter: Why Social Inquiry Fails and How It Can Succeed Again*, New York: Cambridge University Press.
- Fook, J. & Gardner, F. (2007).** *Practicing Critical Reflection: A Handbook*, Philadelphia, PA: Open University Press.
- Foucault, M. (1977).** *Discipline and Punish: The Birth of the Prison* (trans: A. M. Sheridan), Middlesex, UK: Peregrine.
- Gadamer, H., G. (1988).** *Truth and Method* (2nd revised edition). (Trans. J. Weinsheimer & D.G. Marshall). New York: Continuum.
- Gergen, K., J. (1982).** *Toward Transformation in Social Knowledge*, Thousand Oaks, CA: Sage.
- Hallward, P. (2005).** The politics of prescription, *The South Atlantic Quarterly*, 104, 769-789.
- Holzman, L. (2009).** *Vygotsky at Work and play*, New York: Routledge.
- John-Steiner, V. (2000).** *Creative collaboration*, New York: Oxford.
- Jordan, J., V., Kaplan, A., G., Miller, J., B., Stiver, I. P. & Surrey, J. L. (1991).** *Women's growth in connection: Writings from the Stone Center*, New York: Guilford.
- Keeney, B., P. (1983).** *The aesthetics of change*, New York: Guilford.
- Kelso, J., A., S. & Engstrom, A. (2006).** *The Complementary Nature*, Cambridge, MA: MIT Press.
- Kuhn, T. (1962).** *The Structure of Scientific Revolutions*, Chicago: University of Chicago Press.
- Larner, G. (2004).** Family therapy and the politics of evidence, *Journal of Family Therapy*, 26(1), 17-29.
- Latour, B. (1988).** *Science in Action*, Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Lock, A. & Strong, T. (2010).** *Social Constructionism: Sources and Stirrings in Theory and Practice*, New York: Cambridge University Press.
- Morson, G. & Emerson, C. (1990).** *Mikhail Bakhtin: Creation of a Prosaics*, Stanford, CA: Stanford University Press.
- Newman, F. & Holzman, L. (1997).** *The end of Knowing*, New York: Routledge.
- Nylund, D. & Corsiglia, V. (1994).** Becoming Solution-Focused forced in brief therapy: Remembering something important we already knew, *Journal of Systemic Therapies*, 13(1), 5-12.
- Reason, P. & Bradbury, H. (2001).** *The Handbook of Action Research*, Thousand Oaks: Sage.

- Ricoeur, P. (1976).** *Interpretation Theory: Discourse and the Surplus of Meaning*, Fort Worth, TX: Texas Christian University Press.
- Rogers, C. (1961).** *On Becoming a Person*, Boston: Houghton Mifflin.
- Rosenblatt, P. (1997).** *Metaphors of Family Systems Theory: toward New Constructions*, New York: Guilford.
- Schön, D. (1983).** *The Reflective Practitioner*, New York: Basic
- Schwandt, T. (2002).** *Evaluation Practice Reconsidered*, New York: Peter Lang Publishing.
- Shapin, S. (2008).** *The Scientific Life: A Moral History of a Late Modern Vocation*, Chicago: University of Chicago Press.
- Spinoza, G., Flores, F. & Dreyfuss, H., L. (1997).** *Disclosing New Worlds*, Cambridge, MA: MIT Press.
- Strong, T. (1993).** DSM-IV and describing problems in family therapy, *Family Process*, 32, 249-253.
- Strong, T. (2006).** Wordsmithing in counseling, *European Journal of Psychotherapy and Counselling*, 8, 251-268.
- Strong, T. (2008).** Hijacked conversations in counseling, *Journal of Critical Psychology, Counselling and Psychotherapy*, 8(2), 65-74.
- Vico, G. (2005).** *New Science* (D. Marsh, trans.), New York: Penguin.
- Wertsch, J. (1998).** *Mind as Action*, New York: Oxford University Press.
- White, M. (1995).** *Narratives of Therapists' Lives*, Adelaide, Australia: Dulwich Centre Publications.
- White, M. & Epston, D. (1990).** *Narrative Means to Therapeutic Ends*, New York: Norton.
- Winterson, J. (1993).** *Written on the Body*, Toronto: Vintage Canada.
- Wittgenstein, L. (1953).** *Philosophical Investigations* (trad.: G.E.M. Anscombe), New York: Macmillan.
- Wooffitt, R. (2005).** *Conversation Analysis and Discourse Analysis*, London: Sage.